

VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM 01

HISTÓRICO E AUTONOMIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Se um tributo é criado em 20 de agosto de 1997, é certo que só poderá ser cobrado:

- até 31 de dezembro do mesmo ano, eis que, via de regra, os tributos devem iniciar a ser cobrados até o final do exercício financeiro que haja sido publicada a lei que os instituiu;
- tão logo inicie o ano de 1999, já que os tributos só podem ser cobrados pelo menos dois anos após a publicação da lei que os instituiu, uma vez que o princípio da anterioridade foi adotado com reservas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- somente a partir de 1º de janeiro de 1998, porque a lei que cria ou aumenta um tributo, ao entrar em vigor, fica com sua eficácia arrecadatória paralisada até o início do próximo exercício financeiro, quando poderá então incidir e produzir efeitos na ordem jurídica;
- a qualquer tempo, pois a própria lei que cria um determinado tributo deve expressamente especificar o momento oportuno para que se efetue a sua cobrança, de forma que, atendendo ao princípio da anterioridade, os contribuintes saibam com antecedência o momento exato que deverão ter de recolher o tributo, sendo geralmente disposto nos últimos artigos da respectiva lei a especificação da data do início de vigência (vacatio legis).

2. A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 é considerada:

- lei ordinária, que, no respeitante a impostos estaduais, pode ser alterada por lei estadual, por força do poder de legislar complementar sobre essa matéria, previsto na Constituição de 1988;
- lei complementar, em razão dos termos da Constituição de 1967;
- lei ordinária, pois, como tal, pode ser livremente alterada por outra lei ordinária;
- lei complementar, pois, como tal, não pode ser alterada por outra lei ordinária.

3. O princípio da anterioridade, no que se refere a qual tributo pode ser exigido no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o instituiu, aplica-se como:

- princípio de tipicidade;
- princípio da legalidade;
- princípio da irretroatividade;
- princípio da anterioridade.

4. Em conformidade com o Sistema Tributário Nacional, as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, podem ser instituídas:

- somente Municípios.
- somente União e Estados.
- somente Estados e Distrito Federal.
- União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

5. Assinale a alternativa que represente a dinâmica (seqüência) CORRETA da obrigação tributária, quando esta é incompleta:

- lei, hipótese de incidência, lançamento, ato do sujeito passivo, crédito tributário.
- lei, hipótese de incidência, ato do sujeito passivo, obrigação tributária, lançamento, crédito tributário.
- lei, hipótese de incidência, obrigação tributária, ato do sujeito passivo, crédito tributário.
- lei, hipótese de incidência, lançamento, exigência pelo sujeito ativo, obrigação tributária, ato do sujeito passivo, crédito tributário.

6. Assinale a alternativa que represente exclusivamente características que sirvam como fundamento à distinção entre Direito Financeiro e Direito Tributário:

- princípios da legalidade tributária, interditismo, anterioridade, incapacidade tributária, proibição do confisco.
- diversidade científica.
- instituições como Ministério da Fazenda, as Secretarias Estaduais da Fazenda, Secretarias Municipais de Fiscalização e Arrecadação, os Conselhos de Contribuintes, Imprensa Oficial, Câmara de Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, Tribunais de Impostos e Taxas, etc.
- conceitos como fato gerador, geração enérgica, obrigação tributária, sujeito ativo, sujeito passivo, sujeito indefinido, lançamento e dívida ativa.